

# ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 4 – AZUL



## SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



## TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido por você**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Economia Brasileira

1

Em relação aos instrumentos de financiamento do setor público, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) O financiamento orçamentário da dívida pública representa a parcela do orçamento que o governo consegue cobrir com recursos provenientes da receita tributária.
- ( ) Refinanciamento da dívida pública federal se refere à substituição de títulos públicos anteriormente emitidos por títulos públicos novos, com vencimento posterior, ou seja, esse tipo de operação, conhecida como “rolagem da dívida”, não reduz nem amplia o endividamento atual.
- ( ) Ao contrário do refinanciamento da dívida, as operações de crédito contraídas pelo governo e a emissão de títulos têm impacto no orçamento, elevando a dívida pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

2

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é correto afirmar que

- (A) a sua instituição não contribuiu para a melhora das contas públicas federais, tendo registrado déficits primários entre 2000 (início da vigência da lei) e 2002.
- (B) estabeleceu parâmetros para gasto público apenas para a União.
- (C) estabeleceu um conjunto de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações para prevenir riscos e corrigir desvios que pudessem afetar o equilíbrio das contas públicas.
- (D) seu objetivo foi garantir a saúde financeira da Administração Pública e a aplicação de recursos nas esferas adequadas, sem travas para a herança das contas públicas para o governante seguinte.
- (E) entre as normas por ela criadas está o limite de gastos com pessoal: a União pode gastar até 60% da receita líquida corrente, e os demais entes, até 50%.

3

O Plano Real combateu a elevada inflação por intermédio de três estágios, desenvolvidos na seguinte ordem cronológica:

- (A) ajuste fiscal, indexação completa da economia e reforma monetária.
- (B) ajuste fiscal, reforma monetária e criação da Unidade Real de Valor (URV).
- (C) âncora monetária, indexação completa da economia e âncora cambial.
- (D) criação da URV, conversão do cruzeiro real para o real e fixação de um câmbio fixo.
- (E) criação do Plano de Ação Imediata (PAI), do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE).

4

A década de 1970, após o período do “Milagre Econômico”, foi um período de turbulências para a economia brasileira ocasionadas por choques externos.

O governo brasileiro reagiu com a instituição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), caracterizado, entre outros aspectos, por

- (A) ser uma alternativa à opção de financiamento do crescimento, buscando conter a demanda interna por meio do controle da liquidez e, conseqüentemente, retraindo a economia e controlando a inflação.
- (B) ajustar a estrutura de oferta de longo prazo, mas evitando fazer a economia funcionar em ritmo de marcha forçada.
- (C) ter o objetivo de ampliar as importações, com o aumento do grau de abertura da economia, como forma de promover a competição da indústria nacional.
- (D) mudar o padrão do crescimento do período, passando a se basear em um crescimento voltado para bens de consumo leves e não mais em insumos básicos.
- (E) conceder vários incentivos fiscais para o setor privado de bens de capital, como crédito de IPI sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada, isenção de imposto de importação etc.

5

Em relação ao período entre 1998 e início de 1999 (quando ocorreu a maxidesvalorização), **não** é correto afirmar que

- (A) como forma de atender à demanda por proteção cambial, o Banco Central vendeu um grande volume de reservas em dólares.
- (B) como forma de atender à demanda por proteção cambial, o governo alterou a composição da dívida pública, reduzindo os títulos prefixados e aumentando os indexados ao over/Selic e ao câmbio.
- (C) como forma de atender à demanda por proteção cambial, o governo vendeu dólares ao setor privado no mercado futuro, incorrendo em elevados prejuízos.
- (D) a primeira alteração, promovida em janeiro de 1999, foi a desvalorização cambial, extinguindo o sistema de bandas e estancando a fuga de capitais.
- (E) as perdas decorrentes da maxidesvalorização se concentraram no setor público e em uma pequena parcela do setor privado.

6

A partir de 1985, a política econômica focou o combate à inflação, o que ocasionou a implementação de vários planos para lidar com ela.

O primeiro foi o Plano Cruzado, caracterizado por

- (A) medidas de congelamento de preços e câmbio, gatilho salarial e criação de nova moeda, visando combater a inflação inercial.
- (B) políticas fiscal e monetária bem definidas, ambas de caráter contracionista, visando à estabilidade inflacionária.
- (C) política cambial flexível, com regime cambial livre, permitindo a entrada de divisas e o combate à inflação de produtos nacionais.
- (D) diagnóstico de que a inflação se deveu à sua inércia e ao excesso de demanda agregada, tendo adotado a criação da URV como indexador de reajuste salarial.
- (E) congelamento de preços por 3 meses, mas permitindo o reajuste prévio de alguns preços (energia, combustíveis etc.) para evitar o desabastecimento.

7

Ao longo da década de 2000, o coeficiente de Gini apresentou forte contração, passando de 0,60 em 1999 para pouco acima de 0,54 em 2009.

Os fatores a seguir podem ser apontados como responsáveis pela melhoria da distribuição de renda nesse período, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Fim das elevadas taxas de inflação e seus impactos nocivos sobre a renda, principalmente a dos mais pobres.
- (B) Melhoria dos indicadores educacionais, com aumento do acesso à educação básica.
- (C) Aumento dos benefícios previdenciários, decorrente da valorização do salário mínimo.
- (D) Melhora regulatória, que promoveu o aumento do investimento privado e o consequente aumento da produtividade, beneficiando os menos escolarizados.
- (E) Ampliação das oportunidades regionais de trabalho, como no interior e no Nordeste.

8

O período de 1968 a 1973 no Brasil ficou conhecido como “Milagre Econômico” e foi caracterizado pelas elevadas taxas de crescimento do PIB no período.

Assinale a opção que não uma característica desse período.

- (A) A taxa média de crescimento real do PIB se situou acima dos 10% a.a., com o setor industrial apresentando o maior crescimento em relação à agricultura e aos serviços.
- (B) Houve relativa estabilidade dos preços, com a taxa inflacionária oscilando entre 15% e 20% a.a.
- (C) O destacado desempenho da economia decorreu das reformas institucionais, da recessão de anos anteriores e da contribuição do crescimento mundial.
- (D) Uma das fontes de crescimento do período foi a retomada do investimento público em infraestrutura.
- (E) O setor de bens de consumo não duráveis (leves) foi o principal setor a puxar o crescimento do país, apresentando uma taxa média anual de crescimento de mais de 23% a.a.

9

O último plano de tentativa de estabilização monetária foi o Plano Verão (PV), implementado no início de 1989.

Em relação a esse plano, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A exemplo do Plano Bresser, o PV continha elementos heterodoxos e ortodoxos.
- ( ) O elemento ortodoxo era uma política fiscal contracionista para conter a demanda, que se contrapôs a uma política monetária neutra, com estabilidade da taxa de juros.
- ( ) Para os ativos financeiros foi aplicada uma tablita de conversão para os contratos prefixados e para os pós-fixados, expurgando-se da correção monetária desses contratos a aceleração da inflação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

10

Em relação ao processo de abertura econômica no Brasil, iniciado no governo Sarney, analise as afirmativas a seguir.

- I. Governo Sarney: aboliram-se diversos regimes especiais de importação, reduziu-se a redundância tarifária (unificando a incidência de impostos sobre importação) e promoveu-se a redução das alíquotas de importação e de seu intervalo.
- II. Governo Collor: extinguiram-se diversas barreiras comerciais não tarifárias e definiu-se uma redução gradual das tarifas sobre importação.
- III. Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): apesar de inicialmente cumprir os acordos firmados no âmbito do Mercosul, a partir de 1995 o ritmo de abertura diminuiu, chegando ao ponto de a tarifa média de importação reverter a sua tendência de queda dos anos anteriores, devido às pressões da indústria automobilística, aos choques externos e aos problemas com a Balança de Pagamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Economia do Setor Público

11

A Carta Magna de 1988, em seu Art. 170, que trata da Ordem Econômica e Financeira, traz insculpidos os princípios da Livre Iniciativa e da Propriedade Privada. Concomitantemente, o Art. 174 do mesmo título prevê a intervenção do Estado como “agente normativo e regulador da atividade econômica”. A defesa da propriedade privada e do livre mercado se mostra, assim, como um contraponto à intervenção do Estado na Economia, encontrando fundamento em duas Escolas do Pensamento Econômico.

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Escola Clássica se caracteriza pela possibilidade de intervenção estatal na Economia, já que o Estado é o órgão fiscalizador e regulador da atividade econômica.
- (B) A Escola Keynesiana, baseada nos princípios do *laissez-faire*, está alinhada com o previsto no Art. 170 da Constituição Federal de 1988.
- (C) A Escola Keynesiana, baseada nos princípios do *laissez-faire*, está alinhada com o previsto no Art. 174 da Constituição Federal de 1988.
- (D) Adam Smith e sua metáfora da “mão invisível” reflete o pensamento clássico intervencionista e regulador do Estado.
- (E) A defesa das leis de mercado como via para o equilíbrio econômico está alinhada com o previsto no Art. 170 da Carta Magna de 1988 e com a Escola Clássica do pensamento econômico.

12

A questão da Solvência do Setor Público tem sido tema de intenso debate econômico, principalmente desde o início dos anos 2000.

Sobre este tema é **incorreto** afirmar que

- (A) uma das formas de se aferir a sustentabilidade fiscal do setor público envolve a análise da dinâmica do déficit público que, não sendo explosiva, sugere solvência.
- (B) comumente opta-se por analisar a solvência por meio da dinâmica do déficit primário do setor público, pois assim se incorpora o saldo entre despesas e receitas desconsiderando as despesas com juros da dívida preexistente.
- (C) o estabelecimento de um “Teto” para o Estoque da Dívida Consolidada do Setor Público é o normativo utilizado para aferir a solvência da economia.
- (D) a relação dívida/PIB é a variável-chave para a aferição do grau de solvência do setor público.
- (E) quanto maior o crescimento econômico, mais elevado o limite para o estoque da dívida pública a partir do qual se atinge uma situação de solvência.

13

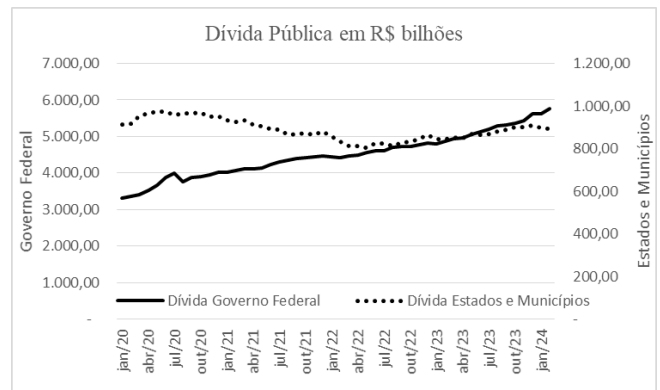
O controle do endividamento é um desafio da gestão pública no Brasil.

Visando à consecução da sustentabilidade fiscal, é correto afirmar que

- (A) o gestor público deve buscar a geração de superávit primário, o que pode ser viabilizado por meio de investimentos que gerem retornos superiores ao custeio decorrente deles.
- (B) a política econômica que busque a consecução da sustentabilidade fiscal deve estar focada nos gastos com capital, não nas despesas de custeio.
- (C) no Brasil, uma meta fiscal de consecução de superávit nominal é sempre mais factível do que outra baseada no superávit primário.
- (D) o corte da despesa pública, especialmente da despesa de capital, que envolve os vultuosos investimentos públicos, é a estratégia para se buscar a sustentabilidade fiscal no Brasil.
- (E) a elevação da poupança do setor público reduz as fontes de financiamento que determinariam o crescimento econômico no Brasil.

14

O gráfico a seguir apresenta o comportamento recente da dívida pública do governo federal e dos governos subnacionais (estados e municípios) no Brasil.



Com base no exposto, avalie se as assertivas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) Verifica-se uma tendência comum para o endividamento do setor público, independente da esfera de governo.
- ( ) A dívida pública do governo federal segue uma tendência estacionária.
- ( ) Verifica-se o impacto da pandemia na elevação do endividamento dos estados e municípios.

As assertivas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

15

A literatura econômica consagra a concorrência como o meio adequado para a elevação do resultado alocativo em termos de bem-estar social. Na direção oposta se mostram, no Brasil, os setores de Saneamento e Energia que, com altos custos fixos e com barreiras à entrada, aproximam-se de uma estrutura de mercado denominada:

- (A) Oligopólio.
- (B) Concorrencial monopolista.
- (C) Competição perfeita.
- (D) Monopólio natural.
- (E) Cartel.

16

Visando solucionar os problemas da escassez de pasto para o rebanho bovino de seus moradores, o gestor público de determinada cidade cede um grande terreno público rico em pastagem para uso dos criadores locais mediante apenas um cadastro gratuito. Em pouco tempo o gestor percebe que a quantidade de animais cujos proprietários tinham intenção de usar o terreno era bem superior à capacidade do terreno, de forma que em poucos dias o pasto seria novamente insuficiente.

Diante dessa situação, um mecanismo para a promoção de uma melhor alocação seria:

- (A) a aplicação de um imposto de Lindahl.
- (B) um subsídio de Lindahl.
- (C) um imposto à la Tanzi.
- (D) a aplicação de um imposto fixo.
- (E) o estabelecimento de uma tarifa em duas partes.

17

Discute-se no Brasil as propostas de Reforma Tributária sobre a renda e sobre o consumo. Em relação à proposta de reforma da tributação sobre o consumo, um aspecto que estimulou o conflito entre municípios, estados e o governo federal diz respeito à extinção do ICMS, imposto estadual mais relevante, e do ISS, imposto municipal mais representativo em grande parte das cidades de maior economia. Em contrapartida, propõe-se a implementação do IBS, gerido por estados e municípios, e da CBS, federal.

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A reforma do sistema tributário nesses moldes respeita o Pacto Federativo, pois mantém a carga tributária na federação.
- (B) O federalismo fiscal brasileiro sugere uma estrutura descentralizada de competências tributárias e obrigações na prestação de serviços públicos, enquanto a reforma do sistema tributário se mostra centralizadora apenas da arrecadação.
- (C) A proposta de reforma tributária que elimina o ISS e o ICMS para a criação de um IBS e de uma CBS federal preserva a distribuição e a autonomia financeira local.
- (D) Quando a reforma tributária extingue ICMS e ISS para implementar o IBS e a CBS, eleva-se a capacidade de provisão de bens e serviços públicos descentralizada, permitindo que os níveis de consumo público locais sejam adaptados para atender as preferências de uma população heterogênea.
- (E) A eliminação do ICMS estadual e do ISS municipal para a criação do IBS de estados e municípios e da CBS federal eleva a arrecadação e a autonomia dos governos subnacionais.

18

A Teoria da Curva de Laffer constitui um mecanismo que auxilia a compreensão da relação entre a alíquota (carga) do tributo e o montante arrecadado.

Com base nessa teoria, é correto afirmar que

- (A) existe uma relação direta e linear entre a alíquota (carga) e o valor arrecadado.
- (B) existe uma relação inversa e linear entre a alíquota (carga) e o valor arrecadado.
- (C) não existe relação entre a alíquota (carga) e o valor arrecadado.
- (D) existe uma relação côncava, em forma de “U” invertido, entre a alíquota (carga) e o valor arrecadado.
- (E) não há ponto ótimo para definição de alíquota; quanto maior a alíquota, maior o valor arrecadado.

19

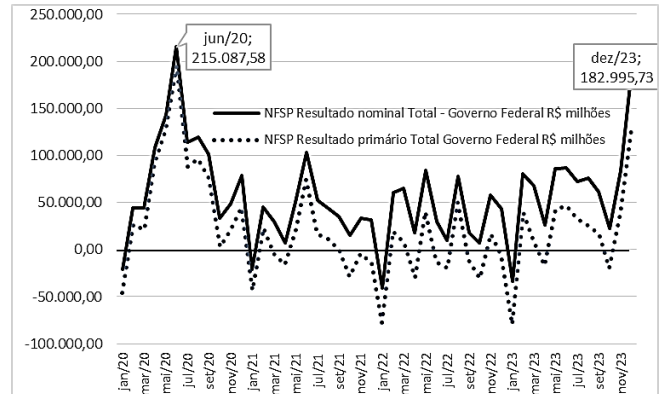
Quando o Banco Central emite moeda, um dos efeitos colaterais, *ceteris paribus*, é a pressão sobre os níveis de preços que, por sua vez, ao gerar inflação, deteriora o poder de compra.

Em contrapartida, esse fenômeno beneficia

- (A) os gestores públicos, pela possibilidade de consecução do equilíbrio das contas públicas por intermédio do fenômeno da senhoriação e do imposto inflacionário.
- (B) os empresários, que elevam seus preços e, por conseguinte, suas receitas.
- (C) as famílias, que terão mais dinheiro em circulação para compra de bens e serviços.
- (D) o mercado de trabalho, pela elevação dos preços e da demanda.
- (E) os gestores públicos, pela possibilidade de emissão de títulos a serem adquiridos com recursos da senhoriação.

20

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos resultados nominal e primário do governo federal no Brasil, sob a ótica das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), com dados mensais desde janeiro de 2020 até dezembro de 2023.



Com base no exposto, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A componente de juros da dívida justifica a linha de resultado nominal sempre acima da linha de resultado primário.
- ( ) O resultado de dezembro de 2023 sugere um impacto no resultado nominal equivalente ao de junho de 2020, início da pandemia.
- ( ) Não há evidências de superávit primário em 2022.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

## Administração Financeira e Orçamentária

21

Visando estabelecer critérios objetivos que avaliam a capacidade de pagamento dos governos subnacionais, a Secretaria do Tesouro Nacional desenvolveu a CAPAG.

Sobre esse instrumento, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma nota que define se a operação de crédito pleiteada pelo ente público será ou não deferida, com A ou B sendo as notas com resultados positivos.
- (B) É composto por três indicadores distintos e que consideram os resultados dos três últimos exercícios do setor público subnacional.
- (C) A nota CAPAG é qualitativa, mas obtida a partir de indicadores quantitativos e qualitativos de solvência, poupança e liquidez calculados com base no resultado do último exercício.
- (D) A nota CAPAG habilita o governo subnacional a obter garantias da União em eventuais operações de crédito, mas não define a efetivação destas.
- (E) A nota CAPAG não influencia as taxas cobradas pelas instituições financiadoras do setor público.

**22**

Considerando a LRF e a Constituição Federal de 1988, avalie se as atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias incluem as listadas a seguir:

- I. Manter equilíbrio entre receitas e despesas.
- II. Estabelecer critérios e forma de limitação de empenho.
- III. Estabelecer as diretrizes de política fiscal.
- IV. Orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Estão corretas as atribuições

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**23**

A empresa DIX Construções realizou em 2022 o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de sua sede e seu sócio majoritário fez uma Doação em Espécie ao município.

Nessa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tanto o recurso advindo do IPTU quanto o da doação realizada são classificados como receita pública que passou por todas as etapas até o recolhimento.
- (B) A doação não pode ser considerada receita pública, pois não é contínua e é extemporânea.
- (C) Apenas o recurso advindo do IPTU é receita pública, mas não há a etapa de previsão, pois é apenas lançado pelo ente público.
- (D) O valor da doação é um exemplo de receita pública para a qual inexistem alguma(s) etapa(s) até o efetivo recolhimento.
- (E) Apenas o recurso advindo do IPTU pode ser considerado receita pública, pois possui todas as etapas bem definidas até o recolhimento.

**24**

A denominada unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional é regida pelo Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são os agentes financeiros do Tesouro para a gestão da denominada Conta Única.
- (B) Recursos em caixa do Tesouro Nacional podem ser remanejados, mediante autorização do Ministério da Fazenda, para bancos públicos com aplicações mais rentáveis.
- (C) A arrecadação de todas as receitas da União far-se-á na forma disciplinada pelo Ministério da Fazenda, devendo o seu produto ser obrigatoriamente recolhido à conta do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A.
- (D) As fundações integrantes da Administração Federal Indireta que recebam transferências da União poderão adquirir títulos de responsabilidade do governo federal.
- (E) Depois da arrecadação de todas as receitas da União é facultada ao Ministério da Fazenda, passado o devido processo legal, a escolha por um banco público brasileiro para a gestão da conta do Tesouro Nacional.

**25**

Quando os recursos próprios são insuficientes para a realização dos investimentos públicos o gestor pode, como alternativa comum, recorrer a fontes de financiamento internas e/ou externas para realizar operações de crédito.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a LRF e as Resoluções do Senado Federal são exemplos de normativos que regulam o processo para efetivação de tais operações nos governos subnacionais.
- (B) a LRF e as Resoluções da Câmara Federal são exemplos de normativos que regulam o processo para efetivação de tais operações.
- (C) para estados e municípios, a regulação das operações de crédito se dá via LRF e leis complementares estaduais e municipais, respectivamente.
- (D) para a realização de operações de crédito é indispensável uma boa avaliação de risco do ente público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (E) tanto as operações de crédito internas quanto externas possuem como requisito para a aprovação uma boa nota após a avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**26**

A Previsão é uma etapa da receita pública que antecede o lançamento.

Sobre tal etapa, a LRF estabelece que:

*Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.*

Decorre do referido dispositivo que

- (A) há uma técnica estatística uniforme que realiza as projeções para o exercício anual seguinte com o objetivo de evitar distorções em razão do método utilizado.
- (B) muito embora não haja previsão legal, as previsões de receita devem buscar incorporar o impacto inflacionário.
- (C) principalmente após a pandemia, o demonstrativo da receita dos períodos passados tornou-se apenas uma convenção, sem exigência legal.
- (D) os modelos matemáticos e estatísticos para as projeções de receitas podem ser diversos, mas a metodologia e as premissas devem estar explícitas e ser bem definidas.
- (E) apenas as mudanças na legislação não serão consideradas nos modelos das projeções de receita pública.

**27**

Os dados da tabela a seguir foram extraídos do Balanço Financeiro de 2023 de determinado ente federativo.

Discriminação	R\$ milhões	Discriminação	R\$ milhões
Receita Orçamentária - RO	20.293	Despesa Orçamentária - DO	19.710
Recebimentos Extraorçamentários - RE	2.385	Pagamentos Extra Orçamentários - DE	2.197
Saldo do Exercício Anterior - SI	931	Saldo para o Exercício Seguinte - SF	1.702
<b>Total</b>	<b>23.610</b>	<b>Total</b>	<b>23.610</b>

Fonte: Balanço Geral do Ente Federativo

Com base nessas informações, assinale a opção correta em relação aos princípios orçamentários.

- (A) Revela-se o Princípio da não afetação a partir da formulação:  $(RO + RE) - (DO + DE) = (SF - SI)$ .
- (B) Revela-se o Princípio da exatidão a partir da formulação:  $(RO + RE) - (DO + DE) = (SF - SI)$ .
- (C) Revela-se o Princípio do equilíbrio a partir da formulação:  $(RO + RE) - (DO + DE) = (SF - SI)$ .
- (D) Revela-se o Princípio do orçamento bruto a partir da formulação:  $(RO + RE) - (DO + DE) = (SF - SI)$ .
- (E) Revela-se o Princípio da unidade a partir da formulação:  $(RO + RE) - (DO + DE) = (SF - SI)$ .

**28**

Com relação aos conceitos de Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os Restos a Pagar correspondem a todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.
- II. Os empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos pendentes de pagamento no exercício podem ser inscritos em Restos a Pagar não processados.
- III. Os Restos a Pagar que foram cancelados, em situação na qual permanece o direito do credor (prescrição interrompida) em razão de o fornecedor já ter entregue o bem ou serviço, é um tipo de despesa orçamentária que pode ser enquadrada como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**29**

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 174, explicita que a função estatal de planejamento é determinante para o setor público. Nesse sentido, estipulou que cada ente da Federação deve editar, periodicamente, instrumentos básicos de planejamento e orçamento.

Entre esses instrumentos, assinale aquele que objetiva exercer um papel tático e intermediário entre o estratégico e o operacional, no que tange à integração das leis orçamentárias.

- (A) PPA
- (B) LDO
- (C) LOA
- (D) LRF
- (E) Orçamento-programa

**30**

Determinado imposto cujo lançamento foi realizado e não pago até o prazo de vencimento está sujeito a cobrança que envolve a majoração do valor em virtude de inclusão de multas e até de honorários advocatícios.

Sobre esta situação em que o débito tributário é inscrito em Dívida Ativa e sobre as práticas adotadas pelo setor público no Brasil, é correto afirmar que

- (A) é dever do governo realizar, no prazo estabelecido em lei, um programa de refinanciamento (REFIS).
- (B) após a emissão da Certidão de Dívida Ativa (CDA) realiza-se o controle da legalidade do crédito constituído pela autoridade competente para posterior emissão do título executivo, requisito final para a cobrança.
- (C) a emissão da Certidão de Dívida Ativa (CDA) atesta a legalidade do crédito constituído pela autoridade competente.
- (D) após a emissão da CDA, não cabe mais a realização de REFIS que elimine juros e multas sobre os débitos tributários.
- (E) para evitar premiar os não pagadores dos tributos, em regra os programas de refinanciamento (REFIS) não reduzem valores dos débitos, apenas fornecem opções de parcelamento.

**31**

Em relação à receita tributária dos entes públicos é correto afirmar que

- (A) a Constituição Federal de 1988 proíbe a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sendo as exceções de vinculação da receita tributária apenas para taxas e contribuições.
- (B) Saúde, Educação e Administração Tributária são exemplos de áreas beneficiadas pela possibilidade de vinculação constitucional da receita tributária dos entes públicos.
- (C) apenas quando destinada às áreas de Saúde e Educação há previsão constitucional para vinculação da receita tributária dos entes públicos.
- (D) a Constituição Federal de 1988 proíbe a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sendo as exceções de vinculação da receita tributária apenas para contribuições.
- (E) Saúde, Educação e Serviço da Dívida Pública são exemplos de áreas beneficiadas pela possibilidade de vinculação constitucional da receita tributária dos entes públicos.



32

Avalie se as afirmativas a seguir estão corretas, em sentido estrito, quanto à classificação da receita orçamentária.

- I. A Receita Pública excluída do cálculo do resultado primário será classificada como financeira, segundo o critério de identificador do resultado primário.
- II. Receitas Correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. De igual modo, as Receitas de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.
- III. São Receitas de Capital as provenientes de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e da conversão em espécie de bens e direitos, dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

33

São considerados gastos tributários vigentes a partir do conceito adotado pela Receita Federal do Brasil os seguintes itens, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Desoneração da Folha de Pagamentos.
- (B) Benefício do PERSE – Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.
- (C) Abatimento das despesas de saúde e educação da base de cálculo do IRPF.
- (D) Abatimento da contribuição previdenciária no IRPF.
- (E) Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.

34

Determinado ente da Federação alterou sua constituição estadual por meio de uma Emenda, acrescentando o Art. nº 159-A, cuja dicção do seu §2º estabelece o seguinte:

*§ 2º O Estado destinará à Administração Fazendária, anualmente, um percentual do total de sua receita de impostos, a ser estabelecido em Lei Complementar, para a realização de suas atividades, em conformidade com o disposto no inciso IV do Art. 167 da Constituição Federal.*

Com base no exposto, é correto afirmar que, não existindo ressalvas, a alteração realizada afrontaria o princípio orçamentário da

- (A) não afetação.
- (B) exatidão.
- (C) utilidade.
- (D) universalidade.
- (E) exclusividade.

35

Quando se trata de gestão do orçamento público, ou seja, da forma como são utilizados os recursos públicos pelo Estado, a principal preocupação é evitar gastar além do que se arrecada.

Com base na questão do déficit brasileiro, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O controle do déficit público exige medidas de correção tanto na parte da receita, como nos gastos públicos. Na parte da receita, fica evidente a necessidade de uma estrutura tributária eficiente. Em relação aos gastos dos entes federativos, os mecanismos de controle passam, necessariamente, pelos orçamentos aprovados pelo Parlamento.
- II. O princípio do gasto anticíclico consiste em um orçamento com déficit (as despesas superam as receitas), durante as fases de recessão ou crise, e um orçamento com superávit (as receitas superam as despesas), no auge da prosperidade.
- III. Durante a pandemia o emprego de uma política orçamentária anticíclica evitou os principais inconvenientes da política tradicional de orçamento equilibrado, na qual se elevavam os impostos e diminuía-se as despesas públicas durante os momentos de recessão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36

A promoção do desenvolvimento econômico pode envolver o uso de diversos instrumentos de política que impactam sobremaneira o orçamento público. Entre os instrumentos de estímulos destacam-se os incentivos fiscais, que devem ser registrados como gastos tributários.

Sobre tais gastos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) dentro de determinada faixa, é desoneração tributária e configura gasto tributário.
- (B) Os gastos tributários são gastos diretos do governo que, comprometendo suas receitas, visa à consecução do equilíbrio fiscal.
- (C) Reduções de alíquotas de impostos para setores específicos não se confundem com gastos tributários, pois não envolvem registro de dispêndio corrente.
- (D) A classificação e identificação dos gastos tributários independe da definição do Sistema Tributário de Referência de um país.
- (E) Os gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais.

**37**

Sobre os princípios que regem os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público é correto afirmar que

- (A) o orçamento deve ser universal, de forma a abranger todos os entes públicos em seus três níveis.
- (B) o orçamento deve ser uno, visando evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política.
- (C) o orçamento deve ser múltiplo, visando contemplar todos os orçamentos dentro da mesma pessoa política.
- (D) é quadrimestral a periodicidade para o acompanhamento do orçamento, assim como a periodicidade dos indicadores baseados na apuração da Receita Corrente Líquida, principal referência para a capacidade de pagamento.
- (E) o princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita ou ainda dispositivo para a abertura de créditos suplementares e de contratações de operações de crédito.

**38**

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- ( ) O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- ( ) A LDO deve incluir o anexo de metas fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes.
- ( ) A LOA é doutrinariamente conhecida como o planejamento operacional da Administração Pública, cuja metodologia brasileira utilizada para sua elaboração é denominada de orçamento por desempenho.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – F.

**39**

Com relação ao processo de elaboração do orçamento, no tocante às estimativas de receitas orçamentárias, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- ( ) Na ótica das estimativas de receitas orçamentárias, são irrelevantes quaisquer justificativas que apresentem como fundamento a necessidade do gasto.
- ( ) É motivação para a alteração nas estimativas de receita a existência de alterações nas alíquotas ou valores de taxas, tarifas e/ou serviços públicos.
- ( ) É irrelevante a acurácia na estimação da receita para o efeito da execução orçamentária.
- ( ) Em relação ao anexo de metas fiscais, este deve trazer demonstrativo para a estimativa e a compensação das renúncias de receitas e da margem das despesas discricionárias.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – V – F – F.
- (E) F – F – F – V.

**40**

As regras que normatizam a despesa pública evoluíram principalmente no sentido de garantir maior efetividade. Buscando preservar a saúde das finanças públicas, há regras que criam restrições permanentes sobre a receita, sobre a despesa, sobre o resultado orçamentário e sobre a dívida pública. Nessa linha destaca-se a Regra de Ouro.

Com base nessa regra, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Veda expressamente a realização de operações que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- ( ) Em termos de classificação, a Regra de Ouro constitui uma regra de balanço orçamentário, porém com foco na composição do balanço e não em seu resultado primário ou nominal.
- ( ) O espírito da regra – proibição de que o Estado emita dívida para financiar gastos correntes – é intuitivo e, portanto, trata-se de uma regra de fácil compreensão; por outro lado, a regra peca por sua baixa institucionalidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – F.

## Finanças

**41**

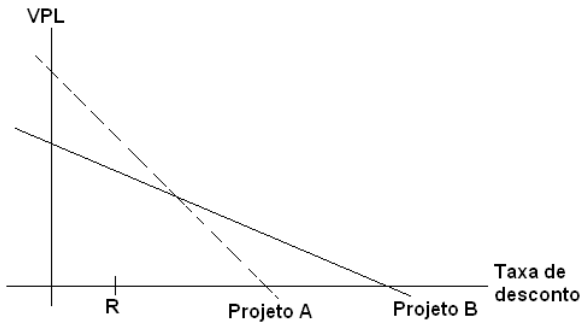
Em sua carteira de renda fixa, uma sociedade empresária tem um recebimento de R\$1.000.000 indexado ao CDI com vencimento daqui a 1 ano. Ela realiza um *swap* DI x PRE com um banco para trocar o fluxo de caixa para prefixado (o *swap* tem principal igual a R\$1.000.000 e prazo de 1 ano). As taxas do banco para o *swap* são 15% ao ano (paga) e 16% ao ano (recebe).

O fluxo de caixa líquido da sociedade empresária (considere a dívida e o *swap*) é de

- (A) R\$1.160.000.
- (B) -R\$1.150.000.
- (C) R\$1.000.000 reajustado pelo CDI do período (1 ano).
- (D) -R\$1.160.000.
- (E) R\$1.150.000.

42

O gráfico a seguir apresenta o Valor Presente Líquido (VPL) dos projetos A e B em função da taxa de desconto utilizada, sendo R a taxa de juros de mercado para estes projetos.



Em relação ao caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se os projetos são mutuamente excludentes, o Projeto B deve ser escolhido, pois tem maior TIR.  
 (B) Se os projetos são mutuamente excludentes, o Projeto A deve ser escolhido, pois tem maior VPL.  
 (C) O projeto B é mais sensível às variações da taxa de juros do que o Projeto A.  
 (D) O gráfico está errado, pois a Taxa de Desconto de cada projeto deveria ser R no ponto em que o VPL é zero.  
 (E) Ambos os projetos não devem ser realizados.

43

Um fundo de investimentos possui uma carteira de R\$100.000.000. O Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR) dessa carteira, com 95% de confiança, para o período de 1 dia, é R\$500.000.

Assinale a opção que apresenta uma interpretação correta desse VaR.

- (A) O fundo terá 0,5% de chance de perder mais de R\$500.000 em um dia.  
 (B) O fundo poderá perder, no próximo mês, R\$500.000, com 95% de confiança.  
 (C) O fundo não perde mais que 0,5% de sua carteira com 95% de confiança em um dia.  
 (D) Em média, em 0,5% das vezes, o valor da perda será maior do que R\$500.000 em um dia.  
 (E) R\$500.000 é a perda potencial máxima desse fundo com um intervalo de confiança de 95% em um mês.

44

Sobre a diversificação de carteiras, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considere uma carteira formada por apenas dois ativos. Se a correlação entre esses ativos for 0, haverá sempre uma combinação desses ativos em que o risco da carteira é zero.  
 II. Uma carteira possui retorno esperado R e desvio-padrão  $\sigma$ . Suponha que se acrescente à carteira um ativo que possui retorno esperado R, desvio-padrão  $\sigma$  e correlação igual a 0,7 com a carteira. O desvio-padrão da nova carteira (a carteira inicial mais o ativo) é menor que  $\sigma$ .  
 III. Uma fronteira eficiente é um conjunto de carteiras que possuem risco mínimo para cada nível de retorno esperado.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.  
 (B) III.  
 (C) I e III.  
 (D) II.  
 (E) I.

45

Na plataforma de uma corretora há cinco fundos de investimento disponíveis para aplicação. O investidor estuda os fundos e chega aos seguintes números sobre retorno esperado (R) e desvio-padrão (DP) desses investimentos:

	R	DP
Fundo 1	14%	4%
Fundo 2	6%	10%
Fundo 3	16%	4%
Fundo 4	10%	10%
Fundo 5	16%	8%

Entre esses fundos, com base nesses dados, o investidor deve escolher o

- (A) Fundo 1.  
 (B) Fundo 2.  
 (C) Fundo 3.  
 (D) Fundo 4.  
 (E) Fundo 5.

46

Em relação aos títulos do Tesouro Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um investimento em LTN protege o investidor contra a inflação porque é um título prefixado.  
 (B) Um investimento em NTN-F protege o investidor contra a inflação porque é um título pós-fixado.  
 (C) Ao se comprar uma LFT, o investidor tem certeza de que ganhará exatamente 100% da taxa SELIC efetiva.  
 (D) A NTN-B é um título que protege contra a inflação, mas possui risco.  
 (E) Ao comprar uma NTN-B, o investidor já sabe de antemão quanto irá receber no vencimento do título.

47

Um investidor vende 1.000 opções de venda de um ativo-objeto que vale R\$100 por R\$1 cada. O preço de exercício das opções é R\$98. Ele não desfaz a sua posição até o vencimento.

Sabendo-se que o preço da ação no vencimento foi R\$92, o resultado líquido para o investidor (despreze a taxa de juros) é

- (A) lucro de R\$1.000.  
 (B) prejuízo de R\$6.000.  
 (C) lucro de R\$6.000.  
 (D) prejuízo de R\$1.000.  
 (E) prejuízo de R\$5.000.

48

Considere as duas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJs), uma de taxa nominal (R) e uma de taxa real (r) apresentadas na tabela a seguir. Suponha que há prêmio de risco (não vale a Hipótese das Expectativas).

Prazo	R (a.a)	r (a.a)
1 ano	10,0%	4,5%
2 anos	11,0%	5,1%
3 anos	11,5%	5,4%
4 anos	11,8%	5,5%
5 anos	12,0%	5,5%

Nesse caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como a curva da taxa nominal é crescente, a previsão do mercado é que haja aumento da taxa básica de juros.
- (B) A taxa a termo nominal, entre 2 anos e 1 ano, é dada por  $\frac{(1+11,0\%)^2}{(1+4,5\%)^1} - 1$ .
- (C) As duas ETTJs são incompatíveis entre si, pois as duas são crescentes. Não pode haver taxa nominal e taxa real crescentes ao mesmo tempo.
- (D) A inflação implícita de 4 anos, ao ano, é dada por  $\frac{(1+11,8\%)^4}{(1+5,5\%)^4} - 1$ .
- (E) Como a curva da taxa real é crescente, a previsão do mercado é que haja aumento da taxa básica de juros.

49

Sobre as características do mercado financeiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. As bolsas de valores são mercados físicos ou eletrônicos em que compradores e vendedores se encontram para negociar ativos financeiros.
- II. O mercado de títulos de renda fixa é totalmente seguro porque garante uma renda fixa no futuro.
- III. Uma ordem a mercado é uma instrução para comprar ou vender um título a um preço específico ou melhor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

50

Em relação à regulamentação e à supervisão do sistema financeiro nacional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é responsável por garantir a estabilidade financeira e o controle inflacionário.
- (B) O CMN (Conselho Monetário Nacional) é incumbido de executar a política cambial.
- (C) O COPOM (Comitê de Política Monetária) tem a responsabilidade de estabelecer a taxa básica de juros.
- (D) A SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) é responsável pela emissão de moeda no Brasil.
- (E) O Banco Central é encarregado de definir as metas de inflação.

## Macroeconomia

51

Os modelos de crescimento de longo prazo fornecem explicações relevantes para um país que pretende se tornar desenvolvido ao longo do tempo. Esses modelos podem ser divididos entre modelos de crescimento exógenos e endógenos.

Entre os modelos de crescimento exógeno, existe o modelo de Solow, de cunho neoclássico, e o modelo de Harrod-Domar (H-D), de cunho keynesiano. Esse último leva em conta três fatores importantes para o crescimento: taxa de investimento, taxa de poupança e relação produto-capital.

Partindo desse modelo de H-D, suponha a função poupança igual a  $S = 0,5y$ , em que  $y$  é a renda e uma relação produto-capital igual a 0,2.

Considerando que a oferta agregada é igual à demanda agregada e que há pleno emprego dos fatores de produção, a taxa de crescimento natural do produto será igual a

- (A) 2,5%.
- (B) 5,0%.
- (C) 7,5%.
- (D) 10,0%.
- (E) 250,0%.

52

Em relação à Curva de Phillips (CP), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Em sua versão original (1958), a CP mostra um *trade-off* entre a taxa de inflação salarial e a taxa de crescimento do desemprego.
- ( ) Em sua versão atual, elaborada por Paul Samuelson e Robert Solow, quanto mais horizontal a CP, mais custosa a política de combate à inflação, pois exige uma maior ampliação da taxa de desemprego.
- ( ) Inflação de demanda provoca deslocamentos da CP para a direita.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

53

A curva IS do modelo IS-LM não se torna mais horizontal quando

- (A) a propensão marginal a poupar diminuir.
- (B) a propensão marginal a consumir aumentar.
- (C) o multiplicador keynesiano aumentar.
- (D) a elasticidade do investimento em relação à taxa de juros aumentar.
- (E) a propensão marginal a tributar aumentar.

54

Considere os seguintes dados de uma economia hipotética:

- Impostos Indiretos = 300
- Impostos Diretos = 500
- Receita de aluguéis dos imóveis da União = 50
- Transferências de Renda às Famílias = 100
- Subsídios Financeiros = 200
- Poupança Pública = 200

Com base nessas informações, a Renda Líquida e os Gastos do governo são, respectivamente,

- (A) 550 e 350.
- (B) 550 e 150.
- (C) 450 e 50.
- (D) 450 e 0.
- (E) 350 e 150.

55

Os agregados monetários são uma medida importante no sistema monetário, pois estão relacionados à liquidez na economia.

Nesse caso, os meios de pagamento (M1) apresentam as seguintes características, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) É igual à soma do papel moeda em poder do público e os depósitos à vista nos bancos comerciais.
- (B) É o passivo monetário do sistema bancário.
- (C) É a obrigação monetária do BACEN e dos bancos comerciais.
- (D) É igual ao dinheiro criado pelo BACEN e, portanto, composto de moeda fiduciária.
- (E) É igual à soma do papel moeda em circulação e dos depósitos à vista nos bancos comerciais, deduzido os valores em seu caixa.

56

As seguintes transações podem criar liquidez na economia, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Aumento das operações de desconto.
- (B) Um banco comercial compra um prédio de uma empresa não bancária, pagando à vista.
- (C) A União enviar recursos para um ente subnacional, usando os seus rendimentos depositados no BACEN.
- (D) Uma pessoa física transfere recursos da sua conta-poupança para sua conta-corrente em um banco comercial.
- (E) Um aumento do passivo não monetário do sistema bancário.

57

Considere o modelo de escolha intertemporal de consumo desenvolvido por Irving Fisher. Nesse modelo, as famílias se deparam com uma restrição orçamentária intertemporal – por simplicidade, o modelo considera dois períodos (presente e futuro) – e, portanto, devem escolher o nível de consumo e poupança entre os períodos.

Assim, um aumento na taxa de juros gera

- (A) aumento do consumo no presente e futuro, se a família for tomadora de empréstimo.
- (B) aumento do consumo no presente e futuro, se a família for poupadora no presente e os bens forem normais.
- (C) efeito ambíguo sobre o consumo no presente e futuro, independente das preferências da família.
- (D) aumento de consumo no presente e efeito ambíguo no futuro, se a família for poupadora no presente e os bens forem normais.
- (E) aumento de consumo no futuro e efeito ambíguo no presente, se a família for poupadora no presente e os bens forem normais.

58

Em relação ao sistema de metas de inflação adotado no Brasil, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e cabe ao Banco Central (BC) adotar as medidas necessárias para alcançá-la.
- ( ) O índice de preços utilizado como referência para a meta de inflação é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa meta se refere à inflação acumulada no ano.
- ( ) A meta de inflação para o período de 2024 a 2026 é de uma inflação de 3,0%, com intervalo de tolerância de 1,5% a 4,5%.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

59

Assinale a opção que apresenta uma diferença entre a abordagem keynesiana e a abordagem clássica em relação à política fiscal.

- (A) A abordagem keynesiana enfatiza a necessidade de intervenção do governo na economia por meio de gastos públicos para estimular a demanda agregada, enquanto a abordagem clássica defende a ideia de que a economia se autorregula e que o governo deve manter um papel mínimo em relação a ela.
- (B) Ambas as abordagens concordam que o governo deve aumentar os impostos para reduzir o déficit fiscal.
- (C) Tanto a abordagem keynesiana quanto a abordagem clássica defendem o uso exclusivo de políticas monetárias para estabilizar a economia.
- (D) A abordagem clássica apoia fortemente a ideia de que o governo deve intervir na economia por meio de programas de bem-estar social, enquanto a abordagem keynesiana se concentra principalmente em investimentos em infraestrutura.
- (E) A abordagem keynesiana e a abordagem clássica concordam que o déficit fiscal é sempre prejudicial para a economia.

60

Considere o modelo keynesiano, em que o consumo e a importação dependem da renda disponível e de um componente autônomo. Ademais, o investimento das empresas e tributação dependem da renda bruta total.

Adote os seguintes termos:

$c$  = propensão marginal a consumir;  $t$  = alíquota tributária;  $i$  = propensão marginal a investir e  $m$  = propensão marginal a importar.

Logo, o multiplicador keynesiano será igual a

- (A)  $1/[1 - c(1 - t) - i + m]$ .
- (B)  $1/[1 - (c - m)(1 - t) - i]$ .
- (C)  $1/[1 - (c - m - i)(1 - t)]$ .
- (D)  $1/[1 - c - t - i + m]$ .
- (E)  $1/[1 - (c - i)(1 - t) + m]$ .

## Microeconomia

61

Considere uma função de utilidade Cobb-Douglas dada por:

$$u(x,y) = x^5y^{15}.$$

Logo, na escolha ótima, o total de gasto no bem  $y$  em percentual da renda será igual a

- (A) 15%.
- (B) 25%.
- (C) 50%.
- (D) 75%.
- (E) 85%.

62

Relacione cada tipo de bem a seguir com sua respectiva característica:

1. Bem privado.
  2. Bem comum.
  3. Bem de clube.
  4. Bem público.
- ( ) São bens excludentes e rivais.  
 ( ) São bens rivais, mas não excludentes.  
 ( ) São bens excludentes, mas não rivais.  
 ( ) São bens não rivais e não excludentes.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 1 – 3 – 2 – 4.
- (C) 2 – 1 – 4 – 3.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 2 – 3 – 1.

63

Um problema de um mercado monopolista é a ineficiência, pois ele gera um peso morto e, assim, a quantidade comercializada se situa abaixo do socialmente eficiente.

O governo responde ao problema do monopólio das seguintes formas, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Instituir leis antitruste que proporcionem ao governo várias formas de promover a competição.
- (B) Regulamentar os preços que o monopólio determina, buscando igualá-los ao custo marginal.
- (C) Escolher transformar o monopólio privado em empresa estatal.
- (D) Instituir um imposto de mesma magnitude do peso morto.
- (E) Não fazer nada se a falha de mercado é considerada pequena comparada às imperfeições das políticas públicas.

64

Considere a seguinte função de utilidade esperada:

$$U(w) = w^{1/2}.$$

Considere que o agente jogue uma loteria em que  $w$  pode assumir valores iguais a 4 e 64, com 50% de chances cada.

O valor da utilidade esperada e do equivalente de certeza (ou equivalente seguro) são iguais, respectivamente, a

- (A) 5 e 34.
- (B) 5 e 25.
- (C) 5 e 9.
- (D)  $34^{1/2}$  e 34.
- (E)  $34^{1/2}$  e 9.

65

Assinale a opção que indica uma função de produção com retornos constantes a escala.

- (A)  $f(x, y) = xy$ .
- (B)  $f(x, y) = x + y$ .
- (C)  $f(x, y) = (xy)^{1/2+k}$ ,  $k > 0$ .
- (D)  $f(x, y)$ , sendo  $f(\cdot)$  homogênea de grau  $k$ ,  $k > 0$ .
- (E)  $f(x, y) = (xy)^{1/4}$ .

66

Considere a seguinte matriz de ganhos de um jogo:

		Jogador B	
		Esquerda	Direita
Jogador A	Alto	1,9	1,9
	Baixo	0,0	2,1

O primeiro *payoff* em cada célula da matriz é do jogador A, enquanto o segundo *payoff* é do jogador B.

Suponha que esse jogo seja sequencial, em que o jogador A escolhe primeiro entre Alto e Baixo e, depois, o jogador B escolhe entre Esquerda e Direita, já sabendo a escolha que o jogador A fez.

Logo, o(s) equilíbrio(s) de Nash em estratégia pura é (são)

- (A) (Alto, Esquerda) e (Baixo, Direita).
- (B) (Alto, Esquerda).
- (C) (Baixo, Direita).
- (D) (Baixo, Esquerda).
- (E) (Baixo, Esquerda) e (Alto, Direita).

67

*Caso as preferências sejam convexas e os conjuntos de produção sejam também convexas, então, toda alocação eficiente é um equilíbrio geral competitivo para alguma realocação das dotações iniciais e das participações dos consumidores nos lucros das empresas.*

A afirmação acima se refere

- (A) ao 1º Teorema do Bem-Estar Social.
- (B) ao 2º Teorema do Bem-Estar Social.
- (C) ao Teorema de Coase.
- (D) à Tragédia dos Comuns.
- (E) ao 3º Teorema do Bem-Estar Social.

68

Em relação ao tópico de externalidades, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Quando há externalidades negativas na produção, o custo marginal social é igual à soma do custo marginal privado com o dano marginal da externalidade (Custo adicional do processo de produção que recai sobre terceiros e pelo qual a firma não paga).
- II. Na presença de externalidades, a quantidade ótima escolhida pela firma não é Pareto-eficiente.
- III. Quando há externalidades negativas no consumo, o benefício marginal social é igual à soma do benefício marginal privado com o dano marginal da externalidade (Custo adicional de consumo que recai sobre terceiros e pelo qual o consumidor não paga).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69

Em relação ao tópico de informação assimétrica, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) No mercado de seguros de saúde, se as companhias de seguro não conseguem identificar indivíduos com risco elevado, o problema de risco moral faz com que apenas indivíduos de alto risco adquiram seguros, tornando a atividade de venda pouco lucrativa para a companhia.
- ( ) Devido à presença de informação assimétrica, o problema de seleção adversa faz com que apenas indivíduos com alto risco de inadimplência decidam tomar empréstimos. Assim, os históricos de crédito podem contribuir para tornar esse mercado mais eficiente e reduzir o custo do crédito.
- ( ) O principal (empregador) contrata o agente (empregado) para trabalhar em sua empresa, mas as atividades do agente não podem ser monitoradas e, portanto, geram-se problemas de ação oculta (risco moral), pois o agente pode imprimir um esforço baixo nas tarefas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

70

Considere um modelo de troca com dois consumidores e dois bens e sem produção. Esse modelo pode ser representado de forma didática por meio da caixa de Edgeworth.

Assinale a opção que **não** representa uma característica ou dedução desse modelo.

- (A) A curva de contrato representa o conjunto de alocações ótimas e inclui o ponto de origem dos eixos de cada consumidor.
- (B) O conjunto de Pareto quando os consumidores possuem preferências idênticas e homotéticas é uma linha reta que liga os pontos de origem dos eixos.
- (C) Se as preferências dos consumidores são bem-comportadas, a alocação eficiente é dada pela igualdade das taxas marginais de substituição entre os consumidores.
- (D) Quando uma alocação na curva de contrato é alcançada, todos os ganhos com as trocas se exauriram.
- (E) Toda alocação econômica factível de consumo na caixa de Edgeworth é uma alocação sem desperdício.

Realização

